

PROJETO PEDAGÓGICO – PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
INTITUIÇÃO DE ENSINO	Unieducar
CREDENCIAMENTO	Parecer 0305/2021 - Câmara de Educação Superior e Profissional
MANTENEDORA	Unieducar Inteligência Educacional – CNPJ 05.569.970/0001-26
REGISTRO MEC SISTEC	43970 – SISTEC - Parecer CEE-CE No. 305/2021
REGISTRO SICAF – PJ	170038
REGISTRO ABED	5.139 – Categoria Institucional
REGISTRO CFA/CRA	PJ – 3457 – CE

Declaramos, a pedido do(a) interessado(a), e para fins de prova junto ao respectivo órgão empregador, que o curso abaixo citado encontra-se disponível para matrícula, como programa de **Extensão Universitária / Capacitação**, junto à **Unieducar**, com data para início e término a definir, conforme carga horária assinalada.

METODOLOGIA: O conteúdo dos cursos de Extensão Universitária pode ser disponibilizado conforme a evolução do programa, e em função de sua correspondente carga horária. Os objetos instrucionais são apresentados em uma interface diagramada de fácil navegação no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. O acesso às videoaulas e demais objetos instrucionais, além de materiais extras disponíveis na biblioteca (e-books), exercícios, audioaulas e videoteca é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. Os programas preveem a participação do aluno em atividades de interação no AVA. Tais atividades - passíveis de serem comprovadas, podem ocorrer por meio de conversação em tempo real, fóruns, videoconferências, jogos, aulas participativas, trabalhos em equipe, discussões, dinâmicas de grupo, estudos de caso ou simulações.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO: O programa de Extensão Universitária / Capacitação prevê a participação ativa do inscrito nas diversas atividades propostas. O aluno matriculado em um programa de capacitação deve cumprir rigorosamente com o cronograma de atividades a seguir detalhado, aplicando 8 (oito) horas diárias no desenvolvimento das seguintes ações durante todo o período de acesso ao conteúdo:

ATIVIDADES/HORÁRIOS	08h-09h	09h-10h	10h-11h	11h-12h	12h-14h	14h-15h	15h-16h	16h-17h	17h-18h
Videoaulas Audioaulas					INTERVALO				
E-books Audiobooks					INTERVALO				
Atividades/Interação					INTERVALO				
Suporte c/Tutoria					INTERVALO				
TOTAL DE HORAS DIÁRIAS APLICADAS NO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES									8 (OITO)

SINCRONICIDADE: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação são caracterizados como síncronos, a partir do momento da inscrição, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter as datas de início e término definidas.

TUTORIA E FORMAS DE INTERAÇÃO: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação recebem suporte de uma tutoria especificamente designada para acompanhamento do rendimento dos alunos. A interação é realizada online por meio da plataforma AVA. A tutoria é desenvolvida de modo proativo e consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências, estímulo ao cumprimento dos exercícios propostos e cooperação visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados. A tutoria é desempenhada pelo corpo de tutores da Unieducar e a interação entre tutores, estudantes e a coordenação do curso é exclusivamente online, onde são agendadas ações síncronas em outras modalidades (fóruns, videoconferências, chats etc.). A tutoria efetiva encaminhará módulos de conteúdos com atividades avaliativas semanalmente, para que o estudante possa complementar os estudos quanto ao tema desenvolvido no curso.

AVALIAÇÃO/CERTIFICAÇÃO: Nos programas de Extensão Universitária / Capacitação a avaliação é qualitativa e múltipla. A nota da avaliação final pode contemplar fatores e formas de avaliação diversas, tais como a elaboração de redações durante e ao término do programa, bem como a frequência e participação em eventos de conversação em tempo real, nas quais são observadas as contribuições de ordem teórica e prática, além de outras modalidades de avaliação individual, bem, como: a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula ou módulo de conteúdo e a realização de atividade avaliativa final, com pontuação, ao término da

capacitação. A geração do certificado eletrônico é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% nas atividades de avaliação. Todos os cursos contam com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) e institucional, que somente é disponibilizada após transcorrido o prazo mínimo correspondente à carga horária certificada.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR: Os programas de Extensão Universitária / Capacitação apresentam organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos, elaborados por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha o projeto, desenvolvimento e atualização de conteúdo. **TECNOLOGIA DE EAD/E-LEARNING:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, o que demanda a aplicação de tecnologias de Design Instrucional adequadas aos assuntos abordados. **MATERIAIS DIDÁTICOS:** Os conteúdos programáticos dos cursos de Extensão Universitária / Capacitação são lastreados em materiais didáticos constantemente atualizados. Dentre os objetos de aprendizagem podem ser disponibilizados videoaulas; livros eletrônicos (e-books); audioaulas; desafios; exercícios e testes; além de conteúdos de fontes externas, a partir de material relacionado. **INTERAÇÃO E SUPORTE ADMINISTRATIVO:** Os programas de Extensão Universitária / Capacitação contam – além do suporte de tutoria especializada - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e alunos; alunos e professores/tutores; e alunos e pessoal de apoio Administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos com registros de chamados e/ou por meio telefônico, conforme o caso. O AVA utilizado pela Unieducar é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente, e permite, dentre outras facilidades, o acompanhamento das horas de estudo a distância e presencial, conforme o caso. **SOBRE A**

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: A Unieducar é uma Instituição de Ensino Superior mantida pela Unieducar Inteligência Educacional, que atua – desde 2003 - com a idoneidade e credibilidade atestada por diversos órgãos públicos, e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores universitários de todo o Brasil. Instituição de Ensino Credenciada pelo MEC; cadastrada junto ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal - como fornecedores de cursos e treinamentos junto à Administração Federal. A Unieducar é associada à ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância e à IELA - International E-Learning Association. Atende mediante Nota de Empenho todos os órgãos públicos Federais, Estaduais, Distritais e Municipais, emitindo a respectiva documentação fiscal (Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica) vinculada às matrículas.

ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

TÍTULO DO PROGRAMA: Atualização Jurídica - Direito Imigratório ou de Imigração

CARGA HORÁRIA: 140 horas

PRAZO MÍNIMO PARA CONCLUSÃO: 18 dias.

PRAZO MÁXIMO PARA CONCLUSÃO: 60 dias.

OBJETIVOS GERAIS:

Excelência em Atualização Jurídica no Direito Imigratório

O curso de Atualização Jurídica em Direito Imigratório ou de Imigração oferece uma formação técnica indispensável para quem atua no dinâmico cenário da mobilidade humana global. Com foco na Lei número 13.445 de 2017, o programa promove uma ruptura com antigos paradigmas, substituindo a visão da segurança nacional pela proteção integral dos direitos humanos. Profissionais do Direito e servidores públicos encontrarão subsídios teóricos e práticos sobre o sistema global da ONU, normas da OIT e a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, garantindo uma atuação ética e fundamentada perante os órgãos de controle e fiscalização.

Prática Administrativa e Soluções no Mercado de Trabalho

A qualificação aborda detalhadamente a operacionalização de sistemas essenciais, como o MigranteWeb, além do petição administrativo perante a Polícia Federal e o Ministério da Justiça. Os participantes dominam regimes de vistos para investidores, nômades digitais e casos de reunião familiar, competências altamente valorizadas no mercado corporativo de expatriação e no compliance imigratório. O conteúdo estende-se ao planejamento estratégico para pessoas físicas e empresas, ensinando a gestão de processos de autorização de residência e o manejo de medidas de retirada compulsória, como a repatriação, a deportação e a expulsão, sempre sob a ótica das garantias constitucionais vigentes.

Diferenciais Estratégicos para a Carreira Jurídica

Ao concluir esta atualização, o aluno estará apto a realizar auditorias internas, gerir transferências de tecnologia e atuar no contencioso administrativo com segurança. O curso oferece guias práticos sobre o Apostilamento de Haia e traduções juramentadas, ferramentas vitais para a regularização documental. Em um mundo onde fluxos migratórios por causas ambientais e crises humanitárias crescem exponencialmente, dominar o Direito de Imigração não é apenas uma especialização, mas uma necessidade estratégica para quem busca relevância e eficiência na advocacia moderna ou na gestão pública de alto nível.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Proporcionar ao estudioso na área uma visão abrangente sobre os temas elencados no Conteúdo Programático.

DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO: O desenvolvimento do conteúdo programático requer a realização das seguintes atividades/dinâmicas, com vistas ao cumprimento da correspondente carga horária deste programa de capacitação:

- O aluno deverá assistir e eventualmente voltar a assistir às videoaulas, com o objetivo de fixar o conteúdo trabalhado pelo professor;
- Para cada aula ministrada, o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA disponibiliza um ou mais e-books, a fim de que o aluno possa ler e reler os textos de apoio, aprofundando o estudo sobre cada um dos tópicos ministrados, objeto de seu desenvolvimento neste programa;
- O programa disponibiliza ainda uma lista de exercícios propostos, visando a fixação do conteúdo trabalhado, especialmente com questões/problemas que exigem a aplicação dos conceitos desenvolvidos nas aulas e nos livros-texto às situações concretas apresentadas;
- O aluno é também acompanhado por um ou mais tutores designados pela Instituição de Ensino. No AVA, o aluno dispõe ainda de um canal de interação com esses professores especialistas nas matérias objeto das aulas.

Cumprindo então todas essas atividades, agrupadas nos quatro itens acima, o aluno poderá usufruir de uma experiência de aprendizado enriquecedora, aproveitando todas as ferramentas que a Instituição coloca à sua disposição e, conseqüentemente, aprimorando sua qualificação profissional. Resta evidenciado que a carga horária total não está atrelada ao tempo de duração das videoaulas, mas à diligente observância do que é proposto neste projeto pedagógico.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

FUNDAMENTOS, HISTÓRIA E GEOPOLÍTICA DAS MIGRAÇÕES

A Evolução do Fenômeno Migratório; Os Fluxos Históricos e as Migrações Forçadas no Século XXI; O Conceito Moderno de Soberania; O Embate entre o Controle de Fronteiras e a Proteção Universal da Pessoa Humana; Causas das Migrações; Fatores de Expulsão e de Atração Econômicos, Bélicos, Ambientais e Climáticos; Terminologia Jurídica e Sociológica; Diferença entre Migrante, Imigrante, Emigrante e Transmigrante; O Papel do Estado na Governança Migratória; Políticas Públicas de Integração vs. Segurança Nacional.

INSTRUMENTOS E TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

O Sistema Global da ONU; Análise da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto de Direitos Civis e Políticos; O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular; Princípios e Objetivos após a Declaração de Nova York; Normas da OIT; As Convenções sobre Trabalhadores Migrantes e a Igualdade de Tratamento; Sistemas Regionais de Proteção; O Sistema Interamericano e a Jurisprudência da Corte IDH sobre Migrantes; Cooperação Jurídica Internacional; O Papel da OIM na Governança Global.

A NOVA LEI DE MIGRAÇÃO - LEI Nº 13.445/2017

A Ruptura com o Estatuto do Estrangeiro; Do Paradigma da Segurança Nacional para o Paradigma dos Direitos Humanos; Princípios e Diretrizes; A não Criminalização da Migração e o Acesso Igualitário a Serviços Públicos; Direitos e Deveres do Imigrante; Garantias Cíveis, Sociais, Culturais e Econômicas em Solo Nacional; A Condição Jurídica do Residente; Registro Nacional Migratório e o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório; Competências Institucionais; O Papel do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores e da Polícia Federal.

CATEGORIAS DE PROTEÇÃO ESPECIAL E VULNERABILIDADE

O Estatuto dos Refugiados; A Convenção de 1951 e a Lei 9.474/97; O Papel do CONARE; Apatridia; Procedimentos de Reconhecimento, Proteção e o Direito à Nacionalidade; Naturalização Facilitada; Acolhida Humanitária; O Visto Temporário e a Autorização de Residência para Crises Humanitárias e Desastres; Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e ao Contrabando de Migrantes; Distinções Jurídicas e a Proteção às Vítimas; Deslocados por Causas Ambientais; O Debate Jurídico sobre os Refugiados Climáticos.

REGIMES DE VISTOS, RESIDÊNCIA E PLANEJAMENTO IMIGRATÓRIO

Vistos de Visita; Turismo, Negócios, Trânsito e Atividades Artísticas ou Esportivas; Vistos Temporários e Autorização de Residência;

Trabalho e Atividade Econômica com e sem Vínculo Empregatício; Investimento; Visto para Investidores Individuais e Imobiliários; Acadêmico; Estudo, Pesquisa, Extensão e Intercâmbio; Reunião Familiar; Hipóteses de Concessão e Manutenção do Vínculo; Transformação de Vistos e Prorrogação de Prazos; Aspectos Administrativos e Recursais.

MEDIDAS DE RETIRADA COMPULSÓRIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

O Poder de Império do Estado e os Limites do Devido Processo Legal; Repatriação; Impedimento de Ingresso na Fronteira e as Hipóteses de Proibição; Deportação; O Procedimento Administrativo Decorrente de Estada Irregular e o Prazo para Regularização; Expulsão; Natureza Jurídica, Condenações Criminais e Causas de Inexpulsabilidade; Extradicação; Fundamentos Constitucionais, Tratados Bilaterais e o Papel do Supremo Tribunal Federal; Contencioso Administrativo e Judicial; Mandado de Segurança e Habeas Corpus em Matéria Migratória; Jurisprudência Recente do STF e as Limitações ao Poder de Remoção Imediata.

GESTÃO DE PROCESSOS NO SISTEMA MIGRANTEWEB E POLÍCIA FEDERAL

Operacionalização do Sistema MigranteWeb e Transição para Novas Plataformas Digitais; Peticionamento Eletrônico e o Acompanhamento de Processos de Autorização de Residência; Atuação perante a Polícia Federal; O Agendamento e a Coleta de Dados Biométricos para a Emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório; Recursos Administrativos; Prazos e Fundamentação nas Decisões de Indeferimento; Regularização de Estada; Trâmites para a Transformação de Visto em Residência e a Retificação de Assentamentos.

PLANEJAMENTO MIGRATÓRIO PARA EMPRESAS E PESSOA FÍSICA

Compliance Imigratório Corporativo; Auditoria Interna e a Gestão de Expatriados em Empresas Multinacionais; Transferência de Tecnologia e a Contratação de Mão de Obra Estrangeira; Planejamento para Pessoa Física; Estratégias de Residência por Investimento Imobiliário ou Financeiro; Nômades Digitais; O Regime Jurídico e as Exigências de Comprovação de Renda; Prevenção de Riscos; Análise de Antecedentes e a Validação de Documentos Estrangeiros.

GUIA PRÁTICO DE PETICIONAMENTO E REGULARIZAÇÃO DOCUMENTAL

Redação de Petições Administrativas; Estrutura do Requerimento e a Exposição de Motivos para a Acolhida Humanitária ou Reunião Familiar; Checklist de Documentação; Legalização e Apostilamento de Haia em Documentos Estrangeiros; Tradução Juramentada; Requisitos e a Validade para o Processo de Imigração; O E-book de Direito Imigratório; Modelos de Contratos e de Procurações para a Representação de Clientes Estrangeiros.

ESTUDO DE CASOS RECENTES ENVOLVENDO MIGRAÇÕES FORÇADAS POR GUERRAS OU CONFLITOS

O Conflito Ucrânia x Rússia e as Portarias de Acolhida Humanitária no Brasil; O Instituto da Proteção Temporária e os Desafios de Integração de Cidadãos Ucrânicos; A Escalada de Tensões entre EUA, Israel e Irã e os Impactos nos Fluxos de Refúgio no Oriente Médio; Análise de Critérios de Segurança Nacional vs. Direitos Humanos na Concessão de Vistos Humanitários; O Papel do CONARE e da OIM diante das Novas Crises Geopolíticas Globais; Estudos de Caso Práticos sobre Dupla Nacionalidade e Trânsito por Terceiros Países Seguros.

A OBSERVÂNCIA DA LGPD NO DIREITO IMIGRATÓRIO

Aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados aos Titulares Estrangeiros Residentes ou em Situação Irregular; Tratamento de Dados Sensíveis nos Processos de Refúgio, Vistos e Biometria na Polícia Federal; O Princípio da Finalidade e da Segurança na Coleta de Antecedentes Criminais e Relatórios de Saúde; O Dever de Sigilo nos Procedimentos Administrativos do CONARE; Compliance Digital e a Transferência Internacional de Dados de Expatriados entre Matrizes e Filiais; Proteção de Dados e Medidas de Segurança no Armazenamento de Passaportes e Documentos Cíveis por Escritórios de Advocacia.

APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO IMIGRATÓRIO

O Uso de Algoritmos para Triagem de Pedidos de Vistos e Análise de Risco Migratório em Sistemas Consulares; Reconhecimento Facial e Inteligência Artificial no Controle de Fronteiras em Portos e Aeroportos; Ferramentas de IA Generativa Aplicadas à Automação de Checklists e Preenchimento de Formulários Governamentais; Limites Éticos e a Validação Humana no Uso de Tecnologias de Tradução e Elaboração de Peças; Análise Preditiva de Deferimentos baseada em Padrões de Decisão da Coordenação-Geral de Imigração Laboral.

BATERIA DE EXERCÍCIOS DE REVISÃO E FIXAÇÃO, RESOLVIDOS E COMENTADOS

Resolução de Casos Práticos Complexos de Expatriação Corporativa e Compliance; Simulação de Atendimento para Reunião Familiar com Documentação Incompleta; Questões Comentadas baseadas no Dia a Dia da Advocacia Imigratória e Processos Administrativos; Simulado Prático de Peticionamento Técnico e Elaboração de Recursos perante o MigranteWeb; Análise e Correção Comentada de Erros Mais Comuns no Peticionamento e na Instrução Documental.